

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: EXPANSÃO, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL: EXPANSION, DEMOCRATIZATION OF ACCESS, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Taciana Carla Almeida Melo¹

RESUMO: A Educação a Distância (EaD) ocupa posição crescente no cenário educacional brasileiro e passou por significativas transformações, impulsionadas pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, pela ampliação do acesso à internet, pelas mudanças regulatórias e pela demanda por alternativas educacionais mais flexíveis. Embora apresente potencial para ampliar o acesso ao ensino superior e atender estudantes submetidos a limitações geográficas, profissionais e econômicas, sua expansão também envolve desafios relacionados à qualidade da formação, à desigualdade digital, à evasão, à autonomia discente, à formação docente e à mediação pedagógica. O presente estudo objetiva analisar a trajetória e a expansão da EaD no Brasil, considerando suas contribuições para a democratização do acesso à educação e os principais desafios pedagógicos, tecnológicos e estruturais associados à modalidade. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, realizada mediante análise de produções científicas sobre o tema. Os resultados indicam que a EaD ampliou as possibilidades de acesso à formação, especialmente pela flexibilidade espaço-temporal. Entretanto, sua expansão quantitativa não garante, isoladamente, democratização educacional. Conclui-se que a consolidação da EaD como instrumento de democratização depende do equilíbrio entre expansão, qualidade, inclusão digital, permanência discente e compromisso com a aprendizagem.

1

Palavras-chave: Educação a distância. Democratização da educação. Formação docente.

ABSTRACT: Distance Education (DE) has gained increasing prominence in the Brazilian educational landscape and has undergone significant transformations, driven by the development of Information and Communication Technologies, the expansion of internet access, regulatory changes, and the growing demand for more flexible educational alternatives. Although it has the potential to expand access to higher education and serve students facing geographical, professional, and economic limitations, its expansion also involves challenges related to the quality of education, digital inequality, dropout rates, student autonomy, teacher training, and pedagogical mediation. This study aims to analyze the trajectory and expansion of Distance Education in Brazil, considering its contributions to the democratization of access to education and the main pedagogical, technological, and structural challenges associated with this modality. This is a bibliographic study with a qualitative and exploratory-descriptive approach, based on the analysis of scientific publications on the subject. The results indicate that Distance Education has expanded opportunities for access to education, particularly due to its flexibility in terms of time and space. However, its quantitative expansion does not, by itself, guarantee educational democratization. It is concluded that consolidating Distance Education as an instrument of democratization depends on balancing expansion, quality, digital inclusion, student retention, and a commitment to learning.

Keywords: Distance education. Democratization of education. Teacher training.

¹Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico observado nas últimas décadas provocou modificações substanciais na maneira como as sociedades produzem, compartilham e acessam informações. No campo educacional, essas transformações favoreceram a incorporação de novos recursos aos processos de ensino-aprendizagem e contribuíram para o fortalecimento de modalidades capazes de ultrapassar as limitações tradicionalmente impostas pelo tempo e pelo espaço.

Nesse contexto, a Educação a Distância adquiriu crescente relevância. Embora frequentemente associada à internet, às videoaulas e aos ambientes virtuais de aprendizagem, sua origem é anterior às tecnologias digitais contemporâneas. A trajetória histórica da modalidade inclui experiências de ensino por correspondência e a posterior utilização de diferentes meios de comunicação, como rádio, televisão e computadores, acompanhando o desenvolvimento tecnológico de cada período (Alves, 2011; Ramirez, 2025).

No Brasil, os primeiros registros de experiências organizadas de educação a distância remontam ao início do século XX. O ensino por correspondência assumiu papel importante nesse processo, sendo posteriormente complementado por iniciativas que utilizaram a radiodifusão e outros recursos tecnológicos. Ao longo das décadas seguintes, a EaD passou gradativamente de uma alternativa predominantemente relacionada a cursos livres e profissionalizantes para uma modalidade integrada à estrutura educacional brasileira (Alves, 2011; Ramirez, 2025).

Sua consolidação ganhou maior intensidade a partir da década de 1990, período marcado pela ampliação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pela difusão da internet e por mudanças na regulamentação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, representou marco importante para o reconhecimento institucional da modalidade, posteriormente acompanhado por normas voltadas ao credenciamento, à avaliação e à organização da oferta (Santos et al., 2026).

Paralelamente à evolução tecnológica e normativa, a EaD passou a ser considerada uma possibilidade concreta de ampliação do acesso à educação. Oliveira e Santos (2019) abordam a modalidade sob a perspectiva da democratização do ensino superior, ressaltando sua capacidade de alcançar estudantes que, por diferentes razões, apresentam dificuldade para ingressar ou permanecer em modelos exclusivamente presenciais.

Essa característica assume particular relevância em um país territorialmente extenso e socialmente desigual como o Brasil. A necessidade de deslocamento para frequentar uma

instituição de ensino, os horários rígidos das atividades presenciais, a necessidade de conciliar estudo e trabalho e os custos associados à formação podem representar importantes obstáculos educacionais. Ao flexibilizar parte dessas exigências, a EaD cria possibilidades de formação e pode alcançar públicos anteriormente afastados das instituições de ensino.

A magnitude de sua expansão evidencia essa transformação. Santos et al. (2026), utilizando dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2003, 2013 e 2023, demonstram que a quantidade de cursos de graduação a distância passou de 52, em 2003, para 1.258, em 2013, alcançando 10.554 cursos em 2023. Os autores também identificaram crescimento aproximado de 558% no número de ingressantes na modalidade entre 2013 e 2023.

Giolo (2018) identificou a intensidade da expansão da EaD no Brasil e chamou atenção para as particularidades desse crescimento, especialmente quanto à participação do setor privado. Araújo e Jezine (2021), por sua vez, analisam criticamente a expansão privado-mercantil da modalidade, destacando a presença de interesses econômicos e processos de flexibilização da oferta educacional.

Essas análises demonstram que o crescimento numérico da EaD não deve ser considerado sinônimo automático de democratização. A disponibilização de maior número de cursos e vagas pode contribuir para ampliar o acesso, mas a democratização educacional pressupõe também condições de permanência, participação e aprendizagem.

3

Entre os desafios presentes nesse processo encontram-se a desigualdade no acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos, a necessidade de autonomia e organização dos estudantes, a evasão, a qualificação dos docentes e tutores e a qualidade da mediação pedagógica. Da Silva e Castro (2022) demonstram que a evasão em cursos a distância possui caráter multifatorial e envolve dimensões pessoais, socioeconômicas, cognitivas, tecnológicas, estruturais e didático-pedagógicas.

Da mesma maneira, a utilização das tecnologias não elimina a importância do professor. Pelo contrário, o ambiente virtual exige planejamento, acompanhamento e mediação capazes de transformar recursos digitais em instrumentos efetivos de aprendizagem. A formação docente para atuação na EaD constitui, assim, elemento fundamental para assegurar a qualidade da modalidade (Barbosa; Muniz, 2022; Moraes; Oliveira; Cardoso, 2020).

Diante desse cenário, estabelece-se como pergunta-problema: como a expansão da Educação a Distância no Brasil tem contribuído para a democratização do acesso à educação e quais desafios ainda precisam ser superados para garantir a qualidade dessa modalidade?

O objetivo geral consiste em analisar a trajetória e a expansão da Educação a Distância no Brasil, considerando suas contribuições para a democratização do acesso à educação, bem como os principais desafios pedagógicos, tecnológicos e estruturais relacionados à qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Como objetivos específicos, pretende-se: apresentar o conceito e a evolução histórica da Educação a Distância, com ênfase no contexto brasileiro; analisar a expansão da modalidade e sua contribuição para a ampliação do acesso à educação; identificar a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação no desenvolvimento da EaD; discutir os desafios relacionados à desigualdade digital, à evasão e à autonomia discente; analisar a relevância da formação e da mediação docente para a qualidade da modalidade; e discutir perspectivas para a consolidação da EaD no cenário educacional brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONCEITO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Educação a Distância pode ser compreendida como modalidade educacional caracterizada pela separação espacial e/ou temporal entre professores e estudantes, cuja interação pedagógica é viabilizada por diferentes tecnologias e meios de comunicação. Essa definição evidencia que a distância física não corresponde à ausência de relação pedagógica, mas exige formas específicas de organização do processo de ensino-aprendizagem.

4

Alves (2011) destaca que a EaD envolve intensa utilização de tecnologias de informação e comunicação e pode estar presente em diferentes níveis educacionais. Sua história acompanha a evolução dos meios utilizados pelas sociedades para transmitir informações, demonstrando que a modalidade não se restringe às plataformas digitais atualmente utilizadas.

A escrita e os sistemas postais possibilitaram algumas das primeiras experiências de ensino realizadas sem contato presencial permanente entre professor e estudante. Posteriormente, cursos por correspondência ganharam maior organização e alcance, constituindo uma das primeiras formas estruturadas de Educação a Distância.

No cenário internacional, experiências desse tipo foram registradas desde o século XVIII. Alves (2011) e Ramirez (2025) apresentam diferentes acontecimentos que contribuíram para a consolidação da modalidade, incluindo iniciativas nos Estados Unidos e na Europa e o desenvolvimento de instituições especializadas no ensino por correspondência.

No Brasil, registros históricos situam no início do século XX importantes experiências relacionadas ao ensino por correspondência. Ramirez (2025), com base na literatura histórica, apresenta 1904 como um dos marcos da EaD brasileira, associado à oferta de formação profissional por correspondência. Posteriormente, o rádio passou a desempenhar importante função educativa, com iniciativas que ampliaram a capacidade de alcançar estudantes localizados em diferentes regiões.

A incorporação de novos meios de comunicação modificou gradativamente a modalidade. Rádio, televisão, computadores e, posteriormente, internet contribuíram para ampliar as possibilidades de disponibilização de conteúdos e interação. Klein et al. (2020) destacam que a evolução tecnológica aplicada à educação produziu novas condições para o acesso ao conhecimento e para a diversificação dos processos pedagógicos.

O desenvolvimento da internet representou transformação particularmente importante. A comunicação que anteriormente dependia do transporte de materiais físicos passou a ocorrer de maneira praticamente imediata. Ambientes virtuais de aprendizagem passaram a reunir textos, vídeos, exercícios, fóruns, avaliações e ferramentas de comunicação em um mesmo espaço digital.

Nesse contexto, tornou-se possível combinar atividades síncronas e assíncronas. Nas atividades síncronas, professores e estudantes interagem simultaneamente; nas assíncronas, as atividades podem ser realizadas em momentos diferentes, favorecendo maior flexibilidade.

Todavia, a tecnologia por si só não define a qualidade da modalidade. Moraes, Oliveira e Cardoso (2020) ressaltam que a formação docente destinada à EaD precisa considerar suas particularidades pedagógicas, uma vez que a utilização de tecnologias digitais não deve reproduzir automaticamente os mesmos métodos empregados em modelos tradicionais de ensino.

No Brasil, o crescimento tecnológico foi acompanhado pela consolidação normativa da modalidade. A LDB de 1996 constituiu marco significativo para seu reconhecimento no sistema educacional, sendo posteriormente complementada por diferentes normas de regulamentação, credenciamento e avaliação.

Portanto, sua trajetória histórica demonstra uma transformação progressiva: de uma prática fundamentada predominantemente na circulação de materiais impressos para uma modalidade sustentada por ambientes digitais capazes de integrar diferentes linguagens, recursos e formas de interação.

2.2 EXPANSÃO DA EAD E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO

Uma das principais justificativas para a expansão da Educação a Distância está relacionada à possibilidade de ampliar o acesso à formação. Ao diminuir determinadas exigências de presença física, a modalidade pode alcançar indivíduos impossibilitados de frequentar regularmente uma instituição de ensino devido à distância, aos compromissos profissionais ou às condições econômicas.

Oliveira e Santos (2019) analisam a EaD como uma estratégia de democratização do ensino superior, destacando sua capacidade de ampliar oportunidades educacionais em comparação com um sistema historicamente caracterizado por limitações de vagas e concentração geográfica das instituições.

A flexibilidade espaço-temporal constitui aspecto central dessa discussão. O estudante pode, dentro dos limites estabelecidos pela proposta pedagógica, organizar parte das atividades de acordo com seus horários e circunstâncias. Essa característica apresenta grande importância para trabalhadores que buscam formação inicial ou continuada e necessitam compatibilizar os estudos com a vida profissional e familiar.

Na formação de professores, por exemplo, a EaD permite que profissionais permaneçam exercendo suas atividades enquanto participam de processos de atualização. Esse aspecto pode favorecer a articulação entre conhecimentos discutidos durante a formação e situações encontradas na prática docente.

A expansão observada no Brasil confirma a existência de uma demanda expressiva por essa forma de organização educacional. Giolo (2018) demonstra que a EaD apresentou crescimento acentuado no país, passando a ocupar parcela significativa do ensino superior. O autor também chama atenção para a participação das instituições privadas nesse processo.

A análise de Araújo e Jezine (2021) aprofunda essa discussão ao evidenciar que uma parcela considerável da expansão ocorreu no setor privado-mercantil. Para as autoras, o crescimento da EaD precisa ser compreendido também no contexto das relações entre educação, mercado e trabalho.

Essa questão exige distinguir ampliação do acesso de democratização efetiva. O aumento no número de cursos, vagas e matrículas constitui indicador relevante de expansão, mas não permite concluir, isoladamente, que os estudantes possuam condições equivalentes de formação.

Democratização pressupõe não somente ingresso, mas também permanência e aprendizagem. Um estudante formalmente matriculado em um curso a distância pode

continuar enfrentando obstáculos significativos quando não dispõe de computador adequado, conexão estável à internet, ambiente apropriado para estudar ou conhecimentos suficientes para utilizar os recursos digitais.

A desigualdade digital representa, portanto, uma das principais contradições da modalidade. O mesmo recurso tecnológico que permite superar distâncias geográficas pode criar barreiras para indivíduos socialmente vulneráveis.

Assim, a modalidade apresenta relevante potencial democratizador, mas esse potencial não se concretiza automaticamente. A expansão precisa estar associada a políticas de inclusão digital, acompanhamento acadêmico, acessibilidade, formação dos profissionais e mecanismos institucionais capazes de garantir qualidade.

2.3 TECNOLOGIAS, MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DOCENTE

A evolução da Educação a Distância encontra-se intimamente relacionada ao desenvolvimento das tecnologias utilizadas para estabelecer comunicação entre os participantes do processo educacional. Entretanto, a presença de recursos tecnológicos não constitui, isoladamente, garantia de aprendizagem.

Klein et al. (2020) destacam que as tecnologias educacionais podem favorecer melhores condições de aprendizagem e contribuir para diferentes níveis de ensino, desde que estejam integradas às finalidades pedagógicas.

Na EaD contemporânea, ambientes virtuais de aprendizagem podem reunir videoaulas, textos, fóruns, atividades avaliativas, videoconferências, mensagens e diferentes ferramentas de interação. Esses recursos aumentam as possibilidades de comunicação e permitem combinar estratégias síncronas e assíncronas.

A diversidade tecnológica, entretanto, exige planejamento. Utilizar uma plataforma digital apenas como local para depósito de textos e atividades não constitui, por si só, uma proposta consistente de Educação a Distância. Os recursos precisam estar articulados aos objetivos educacionais e ao perfil dos estudantes.

Nesse sentido, a mediação pedagógica assume posição central. Professores e tutores precisam promover interação, esclarecer dúvidas, orientar atividades, acompanhar dificuldades e estimular a participação.

Barbosa e Muniz (2022), ao discutirem EaD e formação docente, ressaltam a importância de considerar a preparação dos professores diante das especificidades dessa modalidade.

Moraes, Oliveira e Cardoso (2020) igualmente defendem que a formação para atuação em ambientes on-line precisa articular conhecimentos pedagógicos, domínio das tecnologias, reflexão sobre a prática e compreensão das características da docência mediada digitalmente.

Essa necessidade também aparece no trabalho de Valente e Oliva (2025), para quem a atuação de tutores não pode se limitar à transferência de conteúdos para o ambiente virtual. Os profissionais devem estimular os alunos, sanar dúvidas, organizar interações e acompanhar o desenvolvimento das atividades.

Portanto, a tecnologia não reduz a relevância do professor. Ao contrário, modifica suas atribuições e exige novas competências.

2.4 PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Apesar de suas potencialidades, a expansão da EaD é acompanhada por desafios que precisam ser considerados para que a modalidade consiga oferecer formação de qualidade.

Um dos primeiros está relacionado à infraestrutura tecnológica. A utilização de ambientes digitais pressupõe acesso à internet e a dispositivos compatíveis com as atividades propostas. Em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas, essas condições não estão igualmente disponíveis para todos os estudantes.

Além do acesso físico à tecnologia, é necessário considerar o domínio dos recursos digitais. Possuir um dispositivo não significa necessariamente ser capaz de utilizar plataformas, organizar arquivos, participar de atividades virtuais ou solucionar dificuldades técnicas. Dessa forma, a inclusão digital apresenta dimensões materiais e formativas.

Outro desafio está relacionado à autonomia discente. A flexibilidade característica da EaD possibilita maior liberdade de organização do tempo, mas exige disciplina, planejamento e capacidade de autorregulação. Valente e Oliva (2025) alertam que estudantes com dificuldade para administrar a própria rotina podem acumular atividades e transformar sua participação no curso em mero cumprimento de tarefas.

A evasão constitui outra questão relevante. Da Silva e Castro (2022) demonstram que as causas de abandono na EaD podem ser agrupadas em diferentes dimensões, incluindo aspectos pessoais e interpessoais, socioeconômicos, cognitivos, vocacionais, tecnológicos, estruturais e didático-pedagógicos.

Consequentemente, estratégias voltadas à permanência precisam considerar tanto características individuais quanto fatores institucionais. A qualidade dos materiais, a

organização do curso, o acompanhamento, a interação e o suporte tecnológico podem influenciar diretamente a experiência do estudante.

Também se destaca a necessidade de superar preconceitos e percepções que associam automaticamente a modalidade a uma formação inferior. Por outro lado, combater esse preconceito não significa ignorar os problemas de qualidade existentes.

A preocupação com a qualidade torna-se particularmente importante diante da rápida expansão do setor. Giolo (2018) demonstra a dimensão desse crescimento, enquanto Araújo e Jezine (2021) chamam atenção para as relações entre a expansão e os interesses do setor privado.

Nesse cenário, o desafio consiste em evitar que critérios predominantemente quantitativos, como número de matrículas ou redução de custos, se sobreponham à finalidade educacional.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, destinada a analisar a trajetória, a expansão, as contribuições e os principais desafios relacionados à Educação a Distância no Brasil.

A pesquisa bibliográfica mostra-se adequada ao objetivo proposto por possibilitar a análise e a articulação de conhecimentos previamente produzidos acerca do fenômeno investigado. A abordagem qualitativa foi escolhida em razão da necessidade de interpretar aspectos históricos, sociais, pedagógicos e tecnológicos que não podem ser compreendidos exclusivamente por meio de indicadores numéricos.

Para a construção do referencial teórico, foram realizadas buscas em bases de dados e mecanismos de pesquisa acadêmica, incluindo Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES. Foram selecionadas publicações relacionadas à história da Educação a Distância, à expansão da modalidade no Brasil, à democratização do acesso ao ensino superior, às tecnologias educacionais, à formação docente e aos desafios associados à EaD. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa, publicados em periódicos científicos, livros e capítulos de livros reconhecidos na área. Foram excluídos trabalhos sem aderência temática ou que não contribuíssem para a discussão proposta.

Inicialmente, foram considerados três estudos norteadores diretamente relacionados à temática da investigação: Educação à distância no Brasil: avanços, desafios e perspectivas, de Santos et al. (2026); Desafios da educação à distância no Brasil, história e desenvolvimento, de

Ramirez (2025); e Formação e atualização docente através da educação a distância, de Valente e Oliva (2025).

A partir da leitura dessas produções, foram identificadas referências recorrentes ou consideradas relevantes para os principais eixos do estudo. Foram então incorporados trabalhos relacionados à história e ao conceito da EaD, à expansão da modalidade, à democratização do ensino superior, às tecnologias educacionais, à formação docente e à evasão.

Entre os autores utilizados encontram-se Alves (2011), Giolo (2018), Oliveira e Santos (2019), Klein et al. (2020), Moraes, Oliveira e Cardoso (2020), Araújo e Jezine (2021), Barbosa e Muniz (2022) e Da Silva e Castro (2022).

Os materiais foram analisados mediante leitura exploratória e analítica, seguida pela organização das informações em categorias temáticas: história e conceito da EaD; expansão e democratização; tecnologias educacionais e mediação; formação docente; desigualdade digital; autonomia e evasão; e qualidade da formação.

A análise dos resultados foi desenvolvida de maneira interpretativa e comparativa, procurando identificar convergências e tensões entre os estudos. Especial atenção foi destinada à relação entre expansão quantitativa e democratização efetiva, bem como às condições necessárias para que a ampliação do acesso esteja acompanhada de permanência e qualidade educacional.

10

Os dados quantitativos referentes ao crescimento de cursos e ingressantes foram utilizados como dados secundários, sobretudo a partir do estudo de Santos et al. (2026), não tendo sido produzidos diretamente nesta pesquisa.

Ao final do processo de seleção e análise, foram considerados onze estudos científicos que apresentaram contribuições relevantes para a compreensão da trajetória histórica da EaD, de sua expansão no contexto brasileiro e dos desafios contemporâneos relacionados à democratização do acesso e à qualidade da formação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados demonstra que a Educação a Distância ocupa posição cada vez mais relevante no ensino superior brasileiro, mas que sua expansão é marcada simultaneamente por potencialidades e contradições.

O primeiro resultado observado refere-se à consolidação histórica e institucional da modalidade. A literatura demonstra que a EaD não constitui fenômeno originado pela internet,

mas resultado de um processo histórico de adaptação das práticas educativas às tecnologias de comunicação disponíveis em cada período. Alves (2011) evidencia essa trajetória ao reunir conceitos e marcos históricos da modalidade, enquanto Ramirez (2025) sistematiza experiências internacionais e brasileiras.

Com a expansão das tecnologias digitais, entretanto, ocorreu uma mudança de escala. A internet não apenas acelerou a comunicação entre professores e estudantes, mas também possibilitou a organização de grandes redes de oferta educacional. Esse fenômeno contribuiu para que a EaD deixasse de ocupar posição periférica e se transformasse em um dos principais componentes da expansão do ensino superior.

O segundo resultado corresponde à ampliação efetiva das oportunidades de acesso. Os dados apresentados por Santos et al. (2026) demonstram aumento expressivo no número de cursos e ingressantes. Essa evidência quantitativa é compatível com a perspectiva de Oliveira e Santos (2019), que identificam na modalidade uma possibilidade de democratização do ensino superior.

A análise, contudo, demonstra que o conceito de democratização precisa ser tratado com maior rigor. Se for entendido apenas como aumento da quantidade de vagas e matrículas, a EaD apresenta resultados expressivos. Entretanto, quando democratização envolve igualdade de condições de permanência, aprendizagem e conclusão, o cenário torna-se mais complexo.

11

Essa conclusão conduz ao terceiro resultado: a expansão pode coexistir com desigualdades educacionais. O estudante pode ter formalmente acesso a uma vaga e, ao mesmo tempo, enfrentar dificuldades para participar do processo educativo devido à precariedade da conexão, ausência de equipamentos adequados, condições socioeconômicas ou insuficiência de suporte institucional.

Logo, a distância geográfica deixa de ser a única barreira relevante. A desigualdade digital passa a integrar o conjunto de fatores capazes de limitar o acesso real à educação.

O quarto resultado relaciona-se à participação expressiva do setor privado na expansão da modalidade. Giolo (2018) chama atenção para a intensidade do crescimento da EaD no Brasil, enquanto Araújo e Jezine (2021) analisam criticamente sua expansão pelo segmento privado-mercantil.

Essas contribuições permitem perceber que o crescimento da EaD possui simultaneamente dimensão educacional e econômica. A redução de custos e a possibilidade de ofertar cursos para grande número de estudantes podem favorecer a ampliação do acesso, mas

também exigem mecanismos capazes de impedir que a lógica quantitativa se sobreponha à qualidade pedagógica.

Não se trata, portanto, de considerar a participação privada como necessariamente incompatível com a democratização, mas de reconhecer a necessidade de avaliação e regulação para que os objetivos econômicos das instituições não prevaleçam sobre as finalidades educacionais.

O quinto resultado diz respeito à centralidade da tecnologia, sem determinismo tecnológico. Os estudos demonstram que o avanço das TICs foi indispensável para a configuração contemporânea da EaD. Klein et al. (2020) mostram que a tecnologia pode ampliar as possibilidades educacionais, mas sua contribuição depende da maneira como é integrada ao processo pedagógico.

Desse modo, a disponibilidade de plataformas sofisticadas não garante qualidade. Uma instituição pode utilizar tecnologias modernas e, ainda assim, apresentar baixa interação, materiais inadequados ou acompanhamento insuficiente.

O sexto resultado refere-se à importância da mediação e da formação docente. Barbosa e Muniz (2022), Moraes, Oliveira e Cardoso (2020) e Valente e Oliva (s.d.) convergem ao indicar que a atuação do professor permanece fundamental na modalidade.

12

O ambiente virtual modifica a prática docente, mas não a elimina. A necessidade de acompanhar estudantes, oferecer feedback, promover interação, orientar atividades e estimular a autonomia exige competências específicas.

O sétimo resultado identificado está relacionado à autonomia do estudante. A flexibilidade de horários é frequentemente apontada como uma das principais vantagens da modalidade, porém essa mesma flexibilidade aumenta a necessidade de organização e autorregulação.

A análise demonstra que essa característica não deve ser tratada como responsabilidade exclusivamente individual. Embora o estudante necessite desenvolver disciplina, a instituição também deve proporcionar estruturas de acompanhamento, orientação e suporte.

Essa constatação torna-se particularmente importante quando analisada em conjunto com a evasão. Da Silva e Castro (2022) mostram que o abandono dos cursos envolve fatores de diferentes naturezas, afastando explicações simplificadoras que atribuem a evasão apenas à falta de comprometimento discente.

A síntese dos resultados conduz a uma conclusão fundamental: a principal contradição da EaD brasileira não está entre ensino presencial e ensino a distância, mas entre expansão quantitativa e democratização qualitativa.

A modalidade demonstra capacidade concreta de ampliar o acesso. Entretanto, transformar esse acesso em democratização requer condições para permanência e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a Educação a Distância passou por significativa evolução histórica e tecnológica e se consolidou como componente relevante do sistema educacional brasileiro.

Sua trajetória evidencia que a modalidade antecede a internet e acompanhou a transformação dos meios de comunicação disponíveis ao longo do tempo. Do ensino por correspondência aos atuais ambientes virtuais de aprendizagem, diferentes tecnologias foram utilizadas para diminuir barreiras de tempo e espaço e possibilitar novas formas de acesso ao conhecimento.

No Brasil, a expansão da EaD adquiriu particular intensidade nas últimas décadas, especialmente no ensino superior. Esse crescimento demonstra a existência de uma demanda social por modalidades educacionais mais flexíveis e capazes de atender estudantes que precisam conciliar formação, trabalho e outras responsabilidades.

Em resposta à pergunta-problema formulada, conclui-se que a Educação a Distância contribui para a democratização do acesso ao ampliar oportunidades de ingresso e reduzir determinadas barreiras geográficas e temporais.

Entretanto, os resultados demonstram que a ampliação da oferta não corresponde automaticamente à democratização plena. O acesso à educação somente se torna efetivamente democrático quando acompanhado de condições que permitam permanência, participação, aprendizagem e conclusão da formação.

Persistem, nesse sentido, desafios relacionados à desigualdade digital, à infraestrutura tecnológica, à autonomia discente, à evasão, à formação dos profissionais e à qualidade da mediação pedagógica.

A evasão merece especial atenção por apresentar natureza multifatorial. Não deve ser explicada exclusivamente pela falta de disciplina ou comprometimento do estudante, uma vez

que condições econômicas, tecnológicas, institucionais e pedagógicas também podem influenciar a permanência.

A formação docente igualmente se revela elemento indispensável. A expansão das tecnologias não reduz a importância do professor, mas transforma sua atuação e exige competências relacionadas à mediação em ambientes digitais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao rápido crescimento do setor privado. A ampliação da oferta possui potencial para atender demandas educacionais historicamente reprimidas, mas exige mecanismos de avaliação e regulação capazes de impedir que a expansão quantitativa e a redução de custos sejam priorizadas em detrimento da formação.

Assim, o avanço da Educação a Distância não deve ser medido apenas pela quantidade de cursos, vagas ou matrículas. Uma avaliação mais ampla precisa considerar a qualidade dos projetos pedagógicos, a formação docente, as condições tecnológicas, a interação, a permanência e os resultados educacionais.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se seu caráter exclusivamente bibliográfico, não contemplando a coleta de dados empíricos junto a estudantes, docentes ou instituições de ensino. Dessa forma, as conclusões apresentadas refletem a análise crítica da literatura selecionada.

Recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos empíricos voltados à permanência discente, aos fatores associados à evasão, à inclusão digital e à qualidade da mediação pedagógica em cursos ofertados na modalidade EaD. Investigações dessa natureza poderão contribuir para o aprofundamento das discussões apresentadas neste trabalho e para o fortalecimento de estratégias voltadas à promoção da qualidade educacional na modalidade.

Conclui-se, portanto, que a EaD possui potencial significativo para contribuir com a democratização da educação brasileira, desde que sua expansão esteja associada à inclusão digital, à formação adequada dos profissionais, ao acompanhamento discente, ao planejamento pedagógico e à garantia de padrões de qualidade.

O desafio para os próximos anos não consiste simplesmente em expandir a modalidade, mas em assegurar que crescimento e qualidade avancem conjuntamente, de modo que a Educação a Distância não represente apenas uma alternativa de acesso, mas uma oportunidade efetiva de formação acadêmica e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, v. 10, 2011. DOI: 10.17143/rbaad.v10i0.235.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de; JEZINE, Edineide. A expansão da educação a distância no Brasil e as contradições entre capital e trabalho. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 7, p. e021041, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v7i0.8659964.

BARBOSA, D. A.; MUNIZ, S. S. Educação a distância e a formação docente. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 12, p. 318-330, 2022.

DA SILVA, Júlio Cesar; DRUMOND E CASTRO, Maria Cristina. Dimensões relacionadas à evasão na educação a distância: análise de uma proposta de categorização. *Revista Valore*, v. 7, p. 217-252, 2022. DOI: 10.22408/rev7020221387217-252.

GIOLO, Jaime. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 34, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2018. DOI: 10.21573/vol34n12018.82465.

KLEIN, Danieli Regina; SANCHES CANEVESI, Fernanda Cristina; FEIX, Angela Regina; PARREIRA GRESELE, Jizéli Fonseca; WILHELM, Elizane Maria de Siqueira. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. *Educere - Revista da Educação da UNIPAR*, v. 20, n. 2, p. 279-299, 2020. DOI: 10.25110/educere.v20i2.2020.7439.

MORAES, Dinorá de Fátima Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves. A formação docente na modalidade EaD on-line. *Revista Prisma*, v. 1, n. 3, p. 17-48, 2020.

OLIVEIRA, Francisco Ariclene; SANTOS, Ana Maria Sampaio dos. Democratização do ensino superior através da modalidade de educação a distância no Brasil: um convite à reflexão. *Paidéi@ - Revista Científica de Educação a Distância*, v. 11, n. 20, 2019.

RAMIREZ, Leonardo Campos. Desafios da educação à distância no Brasil, história e desenvolvimento. *Magazine de las Ciencias*, v. 10, n. 1, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.16374537.

SANTOS, Roberta Monique da Silva; SANTOS, Wanderléia Ataídes da Silva; SANTOS, Sendy Cristine Silva; VIANA, Álefe Lopes; SILVA, Sheila Cristina de Aquino da; GUIMARÃES, André Brasil. Educação à distância no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 12, n. 2, fev. 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i2.24221.

VALENTE, Franklin Soares; OLIVA, Luiza Maristela de Souza. Formação e atualização docente através da educação a distância. In: *O papel do professor no século XXI: desafios e perspectivas*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2025. p. 19-32.